

“ASSOCIAÇÕES DE LINGÜÍSTICA: SEU PAPEL NO DESENVOLVIMENTO DA LINGÜÍSTICA BRASILEIRA”
(LINGUISTICS ASSOCIATIONS: THEIR ROLE IN THE DEVELOPMENT OF BRAZILIAN LINGUISTICS)

Ataliba T. de Castilho (USP-CNPq)
Presidente da Associação de Lingüística e Filologia da América Latina

ABSTRACT: This is a proposal of collective activities to be submitted to Brazilian and Latin-American associations of Linguistics. The text offers a sketch of present day Latin American researches on Linguistics, with some attention to the job done by the Latin American Association of Linguistics and Philology (ALFAL). Following, I propose a scientific interaction between Brazilian and Latin American linguists, in order to increase the linguistic research.

KEYWORDS: Brazilian Linguistics. Latin American Linguistics. Multilateral projects of research.

Introdução

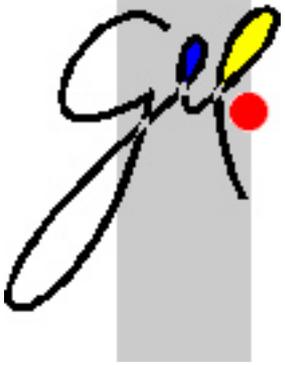
Nossa Colega, Profa. Clélia Cândida Spinardi Jubran, Presidente do GEL, preocupada com o papel das associações no desenvolvimento da ciência, nos convida a debater em conjunto o papel que se espera que elas cumpram nesta virada de século.

Quais seriam, de fato, as responsabilidades de nossas associações científicas num mundo globalizado? Proponho que essas associações discutam uma programação de pesquisas que, sem jogar novos encargos sobre nossos ombros, nos leve a buscar parcerias entre colegas do país e da América Latina, potencializando nossas capacidades, e buscando em nossas atividades concorrer para uma inserção mutuamente proveitosa do Brasil no mundo latino-americano.

Para dar conta do recado, dividi a questão em dois tópicos: (1) áreas de pesquisa lingüística na América Latina; (2) formas de atuação das associações científicas. É um prazer discutir este segundo tópico na Faculdade de Ciências e Letras de Assis, já o tendo eu apresentado quando o GEL aqui comemorou seus quinze anos.

1. Áreas de pesquisa lingüística na América Latina

Os lingüistas que trabalham no mundo latino-americano operam num domínio geográfico que já era lingüisticamente complexo antes da chegada dos europeus.



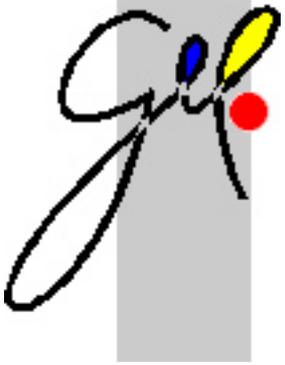
Centenas de línguas ameríndias eram faladas por comunidades muito representativas, de que sobreviveram grandes nações, contando-se ainda hoje aos milhões os falantes das “*lenguas ‘mayores’ o ‘generales’, [como el] azteca, maya-quiché, quechua, guarani, mapuche y chibcha*”, como nos lembra oportunamente Cerrón-Palomino (1993: 415).

Por outro lado, a expansão da Europa Latina para estes lados deu origem à “România Nova”, com seu atual e elevado número de falantes de espanhol, português e francês, os quais, interagindo com as línguas ameríndias e as línguas africanas trazidas no período colonial e ainda com outras línguas européias e algumas asiáticas, trazidas pelas ondas migratórias do séc. XIX, deram origem a mecanismos curiosamente opostos de conservação de velhas derivas ibéricas e de inovações que talvez melhor se expliquem no contexto românico maior. Ora, esses dois movimentos convivem paradoxalmente em nossa comunidade nacional, e tudo isso ainda está longe de ser explicado.

Para atuar num território assim, deveríamos manter e estimular a busca de conhecimento dessa realidade, dando prosseguimento a projetos coletivos de pesquisa, implementando novos projetos, que objetivem um conhecimento mais acurado da realidade lingüística latino-americana, as questões do ensino das línguas românicas e das línguas indígenas, e o problema do ensino das línguas estrangeiras.

Documentar e descrever nosso entorno lingüístico tem sido o esforço constante dos lingüistas brasileiros e hispano-americanos nas últimas décadas, o que vem sendo feito em quatro áreas: as pesquisas sobre as línguas indígenas, as pesquisas sobre as línguas românicas para cá trazidas, as pesquisas sobre os crioulos de base espanhola, portuguesa e francesa, e as pesquisas sobre a riquíssima literatura latino-americana. Não vou resenhar tudo isso, apenas sublinharei que será muito importante que as novas gerações cuidem equilibradamente desses domínios.

Dois textos bastante instigantes exerceram uma influência decisiva no planejamento e na execução de uma política lingüística no Brasil, e estou seguro que em algum momento a Historiografia da Lingüística tornará mais nítida essa influência. Refiro-me ao artigo de Aryon Dall’Igna Rodrigues intitulado *Tarefas da Lingüística no Brasil*, publicado em 1966, e ao livro de Juan M. Lope Blanch, *La Filología Hispánica en México: tareas más urgentes*, publicado em 1969: Rodrigues (1966), Lope Blanch (1969). Esses dois textos apresentam uma notável confluência quanto aos propósitos organizacionais ali expostos. Minha geração neles encontrou estímulos bastante poderosos, no momento em que eram tomadas decisões sobre o rumo científico a definir, tanto no domínio pessoal quanto no institucional. É hora de prosseguir na execução das tarefas aí sugeridas, tomando-se em conta, naturalmente, as novas indagações científicas que ora se fazem. Na verdade, novas lideranças deveriam re-escrever tais planos, tendo em vista as novas conjunturas científicas e políticas da América Latina.



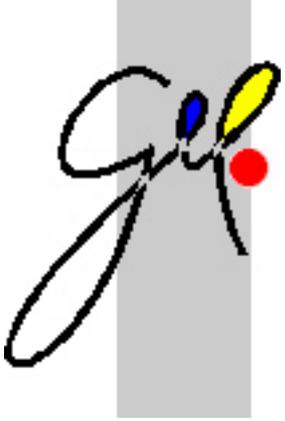
Com respeito à Linguística Indígena, progrediu sem dúvida nosso conhecimento na área, graças à entrada em ação de novos pesquisadores. Uma questão ainda insuficientemente debatida, se não erro, é a da incorporação de indígenas no trabalho de descrever sua própria língua. Em diversas ocasiões os especialistas se puseram esta questão, que aparece, por exemplo, nestas palavras de Munõz (1990: 429): *“Resulta manifesta la ausencia de los hablantes indígenas en la teoría y práctica de la investigación lingüística, tendencia que abre el riesgo de una intervención manipuladora o tergiversadora del investigador en torno a la situación en estudio. Hace falta, por tanto, una política de integración y formación de agentes-investigadores indígenas en la práctica científica de la lingüística”*.

As questões do ensino não devem ser descuradas, firmando-se a responsabilidade social dos lingüistas. A alfabetização, o ensino da leitura e da redação, e ainda as reflexões sobre a gramática internalizada de nossos alunos de ensino fundamental e médio poderiam ser objeto de vários grupos de pesquisa. É preciso, a este respeito, enterrar de vez um velho fantasma: o de que a Linguística Aplicada é um domínio menor, e apenas em Linguística Teórica e Descritiva se faz pesquisa de valor. Essa é a voz do passado, que deve ser esquecida, para que não nos insulemos numa magnífica inutilidade, adiando tarefas urgentes.

Comparando a educação indígena ao ensino do espanhol e do português como L1, surpreende-se uma curiosa convergência de rumos.

No caso do espanhol e do português, depois de décadas de transmissão em sala de aula do conhecimento enumerado nos “programas oficiais de ensino”, e empacotado nos livros didáticos, começa atualmente uma nova ação dos professores, voltada para a produção do conhecimento em sala de aula, vale dizer, para a exteriorização do conhecimento lingüístico que os alunos trazem para a escola. Deste patamar, parte-se para o domínio de outras modalidades da L1 que eles ignoram, como é o caso da língua escrita, em suas variedades corrente e literária. Inverte-se a ordem dos conteúdos, e altera-se a relação professor-aluno, transformando-se as salas de aula em lugar de indagação, de busca. Ou seja, renunciando a dar aos alunos respostas a perguntas que eles não formularam, ajudamo-los a apresentarem suas próprias questões, numa forma ordenada, concentrando sua reflexão na língua que falam. Não posso aqui detalhar essa nova abordagem do velho mister de dar aulas de língua materna, matéria a que dediquei um livrinho publicado em 1998: Castilho (1998 c).

Ora, com respeito à educação indígena, e limitando-me à experiência brasileira, verifica-se que depois da fase da educação com objetivos “civilizatórios” e integracionistas, ministrada sempre em Português, irrompeu a partir de 1970 uma nova fase, a da educação bilíngüe: Oliveira e Oliveira (1996). Constata-se nesse novo momento a “explosão das diferenças” e uma construção identitária alternativa à “nacional”, modificando-se o papel do lingüista, que agora apenas concorre para a *“elucidação conceitual da reflexão lingüística conduzida pelos próprios falantes, que se constituem em pesquisadores de suas próprias línguas”*: Oliveira (1997).



Com respeito ao ensino da ou das línguas estrangeiras, as propostas vão desde a idéia de que os cidadãos deveriam entender bem uma língua estrangeira, mesmo sem a falar, até uma proposta mais radical, que é a de promover uma educação bilíngüe precoce, desde o nível fundamental, agregando-se uma segunda língua estrangeira no curso médio. Segundo os autores desta proposta, veiculada em 1997 pelo Conselho Europeu de Línguas, os cidadãos monolíngües correm o risco de reduzir-se a “deficientes lingüísticos” no terceiro milênio. Com isso, os objetivos da escolaridade passam a incluir o conhecimento prático de duas línguas, além da língua materna.

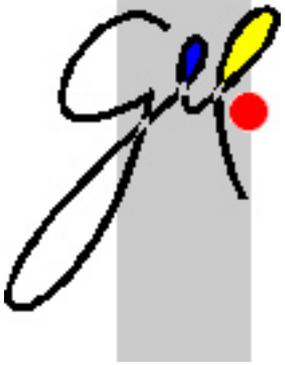
Em nosso caso, como escolher tais línguas, levando-se em conta a complexidade latino-americana ? Segundo Born, que compara a situação latino-americana à européia, “*transferir este modelo de multilingüismo para o Mercosul significaria já de momento que todo tipo de comunicação interna ou externa deveria ser traduzido em três línguas: espanhol, português e guarani, dado que este último é idioma nacional de um país-membro, o Paraguai*”. Esse mesmo autor enumera um conjunto de medidas didáticas que os estados membros devem tomar, tais como criar ambientes favoráveis ao estabelecimento de um ensino mais intensivo de línguas estrangeiras em qualquer tipo de escola, e fazê-lo desde a juventude, ensinar disciplinas tais como a história, a geografia e as ciências naturais em línguas distintas da materna, promover uma integração maior dos idiomas vizinhos no sistema escolar, e neutralizar o exclusivismo do inglês como primeira língua estrangeira a aprender: Born (1996).

2. Formas desejáveis de atuação das sociedades científicas

A articulação dos grandes blocos de nações na última década deu origem a alguns fatos políticos impensáveis até pouco tempo atrás: a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), o Tratado de Livre Comércio entre o Canadá, os Estados Unidos e o México (NAFTA), a União Européia (UE) e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Como bem reconhece Rainer Enrique Hamel, “*a tradicional divisão entre o local, o nacional e o internacional já não se sustenta*”, surgindo “*terceiras culturas desterritorializadas como a nova cultura empresarial, a eletrônica, a ecologia e múltiplas expressões de sincretismos e hibridações*”: Hamel (1995). Perguntar qual o efeito disso tudo no ensino é a grande questão de hoje.

O MERCOSUL reúne países que se guerrearam no passado, e que até bem pouco tempo nutriam grandes desconfianças uns em relação aos outros. Esse bloco é hoje uma realidade de que devemos nos orgulhar, apesar das naturais trepidações que acompanham a formação de grupos dessa natureza. Além de suas atividades econômicas, esse organismo debate hoje uma política cultural gerida em grande parte pela “Associação das Universidades do Grupo de Montevidéu”, AUGM.

A AUGM “*foi criada em 1991, poucos meses após a assinatura do Tratado de Assunção, tendo como principal objetivo o fortalecimento da capacidade de formação*



de recursos humanos, de pesquisa e de transferência do conhecimento entre os participantes e de contribuir para o processo de integração acadêmica em todos os níveis”: Meneghel (1998). A mesma fonte indica que essa Associação está integrada por cinco universidades argentinas, uma paraguaia, uma uruguaia e cinco brasileiras. Três programas organizam as atividades da AUGM: Programa de mobilidade acadêmica, Programa jovens investigadores e Programa de núcleos disciplinares e comitês acadêmicos.

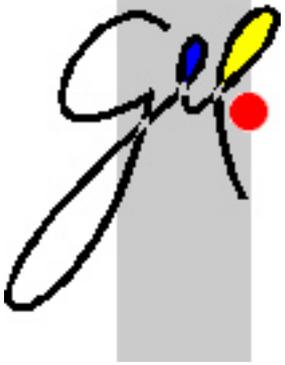
Uma política lingüística vai se delineando nesse órgão, pois o mundo globalizado reclama obviamente a intensificação do ensino das línguas. O português ocupa aí um lugar de relevo, por situar-se entre as grandes línguas do mundo.

E a velha Europa, de que descendemos, vem debatendo formas de integração desde o após-guerra. A União Européia, com sua moeda unificada, mostra que a globalização veio para ficar. Somos herdeiros de uma mesma cultura ibérica, e os laços que nos unem à Espanha e a Portugal deveriam ser fortalecidos, mediante o estabelecimento de programas multilaterais de pesquisa científica, em que a România Nova e a România Velha sejam investigadas pelas novas gerações de filólogos, lingüistas e educadores.

Em suma, novas parcerias devem ser procuradas, e devem ser procuradas com urgência. Este é o papel das associações científicas especializadas, e alguns cuidados que, suponho, seus dirigentes devem tomar em suas decisões.

A consolidação das pesquisas lingüísticas, as atividades de nossos mais de 50 programas de pós-graduação e a expansão do ensino superior deram lugar a uma expressiva proliferação de sociedades científicas em nosso país. Começando pelo pioneirismo da Associação Brasileira de Lingüística e do Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo, ambos fundados em 1969, e observando as novas associações nacionais (ANPOLL, ABRALIC, ABLA) e regionais (GELNE, GELNO, CELLIC, ASSEL-RIO, CELSUL), conclui-se que algum tipo de discussão deveria ser desenvolvida por esses organismos, sobretudo por aqueles de caráter nacional.

Começemos pela questão financeira. Não será possível custear todas as iniciativas dessas associações. E os indivíduos não poderão participar de todos os seminários, congressos e reuniões promovidos por elas. Gostaria de propor uma reflexão sobre isso, dados os inconvenientes, entre outros, da “furia scribendi”, com sua seqüela de textos requentados, que pouco fazem progredir nosso conhecimento. Longe de recomendar o fechamento das sociedades científicas, parece-me inadiável que elas debatam sua articulação à volta dos grandes temas reclamados por nossa cultura lingüística, sem perder de vista a inserção dessa cultura na conjuntura hispano-americana que nos rodeia. Vou finalizar esta intervenção falando sobre algumas formas de atuação de nossas associações com associações internacionais, notadamente latino-americanas, o que é sem dúvida um forte reclamo do mundo em que ora vivemos.



Um pouco antes da fundação da ABRALIN, tinham surgido o Programa Interamericano de Lingüística e Ensino de Idiomas (PILEI), em 1963, e a Associação de Lingüística e Filologia da América Latina (ALFAL), em 1964. O primeiro desapareceu por volta de 1981, mas a ALFAL não descontinuou sua atuação, desde que o Prof. Joaquim Mattoso Câmara Jr. foi seu primeiro presidente.

São seus objetivos “*fomentar o progresso tanto da lingüística teórica e aplicada e da filologia na América Latina - especialmente da lingüística geral, da lingüística indígena e da lingüística e filologia hispânicas e portuguesas - como da teoria e crítica literárias*”. A ALFAL conta atualmente com cerca de 1400 sócios, dos quais 800 ativos, residentes em praticamente todos os países das Américas (Antilhas Holandesas, Argentina, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Estados Unidos, México, Paraguai, República Dominicana, Uruguai, Venezuela), além de vários países da Europa (Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Inglaterra, Itália, Noruega, Portugal, Suécia), da Ásia (Coreia, Japão) e ainda a ilha-continente, a Austrália.

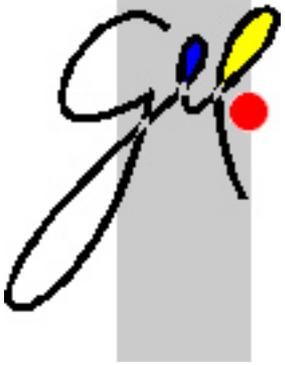
A ALFAL realizou até aqui doze congressos internacionais, dos quais dois no Brasil: o segundo na USP, em 1969, e o nono na Unicamp, em 1990. Ela publica desde 1989 a revista *Lingüística*, de que saíram 10 números publicados, sendo que o número 11, previsto para junho próximo, é um excelente retrato da Lingüística Brasileira. Edita ainda as *Atas de Congressos* (11 volumes, alguns com vários tomos), os *Cuadernos de Lingüística* (9 volumes) e o *Boletín Informativo* (11 números).

São do maior interesse suas Comissões de Pesquisa, integradas por especialistas que organizam uma agenda de trabalhos, cujos resultados são apresentados nos congressos internacionais. A atual Diretoria está se esforçando para ampliar seu número, desde que garantida uma ação científica que aproxime hispanistas, lusitanistas e indigenistas à volta de temas de comum interesse. Se essa política der certo, o XIII Congresso, a realizar-se na Costa Rica, em 2002, poderá ser uma boa amostra dos temas que deverão ocupar os lingüistas, filólogos e teóricos da literatura nas primeiras décadas do novo século.

Uma ação articulada nesse domínio poderá romper com as barreiras atuais, que separam no interior da ALFAL os amerindianistas, os hispanistas e os lusitanistas. De fato, não vale a pena manter uma sociedade internacional se em seus congressos os diferentes grupos se mantêm impermeáveis uns em relação aos outros, se se perde uma grande oportunidade de interação e de realizações científicas conjuntas.

Operam atualmente as seguintes Comissões de Pesquisa, algumas das quais têm a responsabilidade de coordenar projetos coletivos:

Comissão de estudo coordenado da norma lingüística culta (Coordenador: Juan M. Lope Blanch). Ver José Antonio Samper Padilla - Criterios metodológicos del



'Macro-corpus' de la Norma lingüística culta de las principales ciudades del mundo hispánico. *Lingüística* 7: 1995, 263-293.

Comissão de história do espanhol da América e das Canárias (Coordenadora: Elena Rojas de Mayer). Ver *Lingüística* 9: 1997, número dedicado a Beatriz Fontanella de Weinberg.

Comissão de línguas ameríndias I (Coordenador: Ramón Arzápalo). Ver Ramón Arzápalo - "La Comisión de lenguas indoamericanas". *Boletín Informativo* nueva época, año 1, número 1, 1997: 25. Esta Comissão opera com as línguas do México e do Caribe.

Comissão de línguas ameríndias II (Coordenadora: Lucy Seki). Esta Comissão opera com as línguas da América do Sul.

Comissão de Lingüística Histórica do Português (Coordenadora: Rosa Virgínia Mattos e Silva).

Comissão de Descrição do Português Falado (Coordenadora: Maria Helena Moura Neves). Ambas as comissões derivam da "Comissão de Lingüística Portuguesa", noticiada na revista *Lingüística* 5: 1993, 251-267.

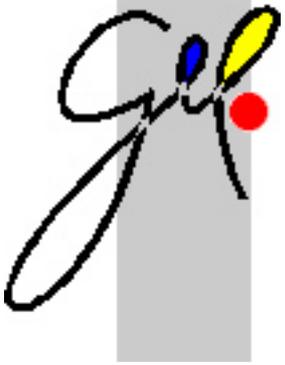
Comissão de lingüística aplicada ao ensino da língua materna (Coordenador: Pedro Benítez). Ver "Muestra de información bibliográfica del centro de datos de la Comisión de Lingüística Aplicada a la enseñanza de la lengua materna de ALFAL", *Lingüística* 6: 1994, 207-251.

Comissão de estudo sociolingüístico do espanhol da Espanha e da América (Coordenadores: Francisco Moreno Fernández e Carmen Silva-Corvalán). Ver Francisco Moreno Fernández - "Proyecto para el estudio sociolingüístico del español de España y América", *Lingüística* 5: 1993, 268-271; Francisco Moreno Fernández - "Metodología del 'Proyecto...'", *Lingüística* 8: 1996, 257-287.

Comissão de línguas crioulas de base espanhola e portuguesa na América (Coordenadores: Armin Schwegler e Matthias Perl). Ver Armin Schwegler - "La doble negación dominicana y la génesis del español caribeño", *Lingüística* 3: 1991, 31-89.

Comissão de léxico disponível (Coordenador: Pedro Benítez).

Comissão de difusão internacional do espanhol por rádio, televisão e imprensa. (Coordenador: Raúl Ávila). Ver Raúl Ávila - "Difusión internacional del español por radio y televisión: unidad y diversidad de la lengua (DIES-RTV)", *Lingüística* 4: 1992, 371-376.



Comissão Varilex. Variação léxica do espanhol (Coordenador: Hiroto Ueda).

Novas Comissões estão sendo organizadas. Se os associados do GEL precisarem de outras informações, convido-os a visitar nossa página <www.alfal.org>.

Para nós brasileiros, além da ALFAL, deve ser lembrada a Associação Internacional de Lingüística do Português (AILP), fundada em 1998, por iniciativa da Associação Portuguesa de Lingüística e da Associação Brasileira de Lingüística. A AILP tem em seu programa de atividades programadas, a organização de um megacópus do Português e o desenvolvimento de pesquisas sobre as variedades européia, brasileira e africana de nossa língua.

É por demais evidente que deveríamos nos valer dessas associações para a busca de parcerias. Faço um apelo aos dirigentes das sociedades aqui mencionadas, para que estimulem a formação de grupos de pesquisa, neutralizando assim possíveis efeitos negativos provenientes de sua rápida multiplicação. Como se sabe, os grandes congressos custam mais caro que os projetos coletivos, e costumam apresentar resultados mais pobres. E aos presentes, peço que se associem, que paguem suas anuidades, e que apresentem sugestões às diretorias de suas associações no sentido de encaminhar projetos internacionais e interinstitucionais de investigação. No caso da ALFAL, contem comigo e com a Delegada para o Brasil, Clélia Cândida Spinardi Jubran. Muito obrigado !

RESUMO: *Esta é uma proposta de atividades coletivas a serem consideradas por associações de Lingüística brasileiras e latino-americanas. O texto apresenta um breve esboço das pesquisas desenvolvidas na América Latina, particularmente pela Associação de Lingüística e Filologia da América Latina (ALFAL). São feitas sugestões sobre como lingüistas brasileiros e hispano-americanos poderiam reunir seus esforços, incrementando as relações científicas entre eles.*

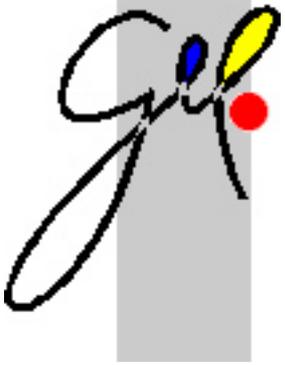
PALAVRAS-CHAVE: *Lingüística brasileira. Lingüística hispano-americana. Projetos coletivos de pesquisa.*

Referências bibliográficas

BORN, Journ. Plurilingüismo e bilingüismo na Europa e na América do Sul: a União Européia é um modelo para o Mercosul ? Comunicação ao I Encontro de Variação Lingüística do Cone Sul, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, inédito, 1996

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *A Língua Falada no Ensino de Português*. São Paulo: Contexto, 1998.

CERRÓN-PALOMINO, Rodolfo. Hacia una Filología Amerindia. *Atas do IX Congresso Internacional da Associação de Lingüística e Filologia da América*



- Latina*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas/Instituto de Estudos da Linguagem, vol. II, 1993, págs. 415-418, 1993.
- HAMEL, Rainer Enrique. Direitos lingüísticos como direitos humanos: debates e perspectivas. *Alteridades* 5, 11-23 1995.
- LOPE BLANCH, Juan Manuel *La Filología Hispánica en México. Tareas más urgentes*. México: UNAM, 1969.
- MENEGHEL, S. M. *A Associação das Universidades do Grupo de Montevidéu na Universidade Federal de Santa Catarina e na Universidade Federal do Paraná e o CODESUL*, relatório inédito, outubro de 1998.
- MUÑOZ C., Hector. La comunicación entre el indio y el blanco. *Actas do IX Congresso Internacional da ALFAL*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas/Instituto de Estudos da Linguagem, vol. II, 1993, págs. 421-431.
- OLIVEIRA, Gilvan Müller de e Oliveira, Sílvia. Formação de professores: um caso de política lingüística nas comunidades Kaingáng,. Florianópolis, inédito, 1996.
- OLIVEIRA, Gilvan Müller de. O que quer a Lingüística e o que se quer da Lingüística na Pedagogia da Diferença ?: a delicada questão da assessoria ao movimento indígena. Texto apresentado à I Conferência Ameríndia, Cuiabá, 17 a 21 de novembro de 1997, inédito.
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Tarefas da Lingüística no Brasil. *Estudos Lingüísticos* [Instituto de Idiomas Yázigi] I.1: 4-12, São Paulo, 1966.